

MOÇÃO SETORIAL APRESENTADA AO XIX CONGRESSO NACIONAL

“ECONOMIA DO TURISMO NO DOURO – CRIAÇÃO DE VALOR AGREGADO PARA A EMANCIPAÇÃO DA JUVENTUDE E PARA A COESÃO TERRITORIAL”

Exposição de Motivos

Vive-se, em Portugal, um drama económico-social. Segundo os dados mais recentes do INE, o país registou uma taxa de desemprego oficial perto dos 14%, registando-se, entre os jovens, uma taxa de desemprego na ordem dos 36 %. No entanto, e como é do conhecimento geral, os números tendem a ser pouco reais, uma vez que deixam de lado milhares de portugueses que não se encontram inscritos no IEFP (por variadas razões) e outros milhares (muitos jovens) que optaram pela emigração.

As políticas recessivas e ultra-liberais do governo PPD/PSD – CDS/PP empurraram milhares de portugueses para a precariedade. Em paralelo, assistiu-se a constantes ataques aos serviços públicos e à desqualificação do interior. Hoje, podemos afirmar, com toda a certeza, que este é e foi o pior Governo da História da democracia portuguesa, sendo aquele que mais ataques perpetuou ao interior do país e à sua juventude, condenando o desenvolvimento e sobrevivência do próprio país no médio e longo prazo.

Ao contrário do que seria necessário, assistimos a uma política de desmembramento e encerramento de serviços públicos localizados no interior, sendo notória a desconsideração pelas populações locais. A perda de serviços públicos de relevo é uma política defendida pelo governo como a solução para combater o desperdício do Estado: daqui poderemos destacar o encerramento dos Serviços de Finanças, os Tribunais e os Hospitais. O esvaziar do interior resultará, naturalmente, na perda de população para os grandes centros urbanos ou mesmo para o estrangeiro, acentuando-se, deste modo, terrível efeito da desertificação e envelhecimento das regiões.

Urge dar resposta a este flagelo, procurando implementar e consolidar políticas de fixação dos jovens no país e, particularmente, nas regiões deprimidas do interior. A adoção de políticas de fixação está, ainda, muito aquém do que seria de esperar sendo que são ainda poucos os municípios que ousam levar a cabo políticas ativas nesta área.

O contínuo agravamento dos desequilíbrios territoriais, acompanhado pela grave crise económica e financeira que afeta Portugal e, em particular, a Região de Trás-os-Montes e Alto Douro impõem que o território seja explicitamente assumido como objecto de políticas de desenvolvimento económico, social e territorial, no quadro das políticas para as regiões de baixa densidade.

Torna-se, assim, necessário promover políticas públicas que atuem sobre as particularidades de cada território, **valorizando e apostando nas potencialidades endógenas das regiões** como estratégia de criação emprego, de dinamização das economias locais, contribuindo igualmente para a fixação das populações.

Defendemos, por isso, a adoção de um modelo de desenvolvimento económico e social, virado para a criação de valor nos territórios que passará, necessariamente, pela estímulo e aposta nas capacidades locais; nas características e potencialidades endógenas; na promoção dos produtos locais e na valorização dos valores e patrimónios regionais. Numa região como Trás-os-Montes e Alto Douro, a valorização da autenticidade e da(as) identidade(s) é um aspeto a destacar.

O turismo representa cerca de 10% do PIB nacional. Recentemente, o Vinho e a Gastronomia foram reconhecidos como produtos turísticos de excelência, ultrapassando o Sol e Mar. Ora, este facto constitui, a nosso ver, um impulso necessário para reformar o paradigma do desenvolvimento regional.

Neste seguimento, **consideramos que o turismo pode e deve ser um contributo para o desenvolvimento deste modelo de desenvolvimento uma vez que, pelas suas características de transversalidade, o sector poderá responder de uma forma quase imediata aos desafios que se colocam à região.** O Douro aparece, naturalmente, como a micro-região melhor preparada para uma primeira implantação deste modelo – para além do turismo Cultural e Paisagístico, e de Natureza a região destaca-se pela crescente aposta em unidades de Enoturismo e Turismo de Aventura cujo desenvolvimento tem sido travado quer pela dificuldade que se verifica na adoção de políticas sinérgicas a nível supramunicipal quer pelo sucessivos ataques perpetuados pelo governo PPD/PSD- CDS/PP à região. Num declarado ataque ao interior do país, e em particular ao distrito de Vila Real, o Governo de Passos Coelho ao extinguir a Entidade Regional de Turismo do Douro, cuja atuação vinha a proporcionar o desenvolvimento e crescimento do turismo da região, bem como o reconhecimento e

consolidação da marca Douro. Efetivamente, o atual Governo, sem sequer se preocupar em avaliar o trabalho levado a cabo pela Entidade Regional de Turismo do Douro decidiu, de uma forma unilateral, extinguir esta estrutura, causando um grave prejuízo para a região. Ficou, assim, o turismo sem estrutura organizativa para o “Destino Douro” que vinha a desenvolver-se desde a aprovação do Plano de Desenvolvimento Turístico do Douro (2004), que era contemplado como Pólo Turístico Prioritário pelo Plano Estratégico Nacional do Turismo e que tinha como importante suporte para esta e para outras áreas a Estrutura de Missão do Douro.

Neste seguimento, e por forma a colmatar a ausência de uma Entidade Regional, entendemos que as entidades públicas e privadas necessitam de adotar uma atitude proactiva no que ao sector do turismo diz respeito, criando-se, para tal, estruturas de consulta supra-municipais que permitam criar sinergias e colocar fileira ao serviço do desenvolvimento económico da região.

Numa altura em que os jovens do distrito se vêem numa situação particularmente difícil, fruto quer da impossibilidade de prolongar a sua formação, por motivos estritamente financeiros, quer pela dificuldade em ingressar no mercado de trabalho, consideramos que o potencial destes jovens, na grande maioria qualificados, poderá ser direccionado para esta fileira, apostando, desde logo, em sessões e cursos de formação /requalificação na área e na sua integração em estruturas de apoio ao acolhimento do turista.

Entendemos que as entidades públicas a nível central devem, em articulação com as entidades regionais e locais, apostar no desenvolvimento de políticas credíveis e exequíveis de apoio a novos negócios que seriam capazes de valorizar a criatividade e empreendedorismo dos jovens de forma a criar um verdadeiro **“Cluster” regional de empresas ligadas ao sector turístico**. Estas estratégias deverão, sempre que possível, ser desenvolvidas através do estabelecimento de parcerias entre entidades do sector público, do sector privado ou do sector público e privado.

Neste sentido, entendemos igualmente ser de vital importância reduzir o peso fiscal (através da reposição de benefícios fiscais atrativos) sobre pequenas e microempresas ligadas ao setor, de modo a atrair novos investimentos, potencializando e tornando mais competitivos os já existentes. Propomos a atribuição de um Prémio Regional Jovem que estimule a apresentação de propostas para constituição de novos negócios ou ideias inovadoras que poderão ajudar os territórios a tornarem-se mais *“tourist friendly”*. Deste modo, acreditamos ser possível

valorizar os nossos jovens, as suas ideias, implementando, regionalmente, uma verdadeira política de apoio à emancipação e inovação.

Paralelamente, a aposta na melhoria das vias-de-comunicação é, sem dúvida nenhuma, um ponto maior na adoção de uma programa de promoção do interior, apoio ao turismo e competitividade do território. Temos presente que a região de Trás-os-Montes e Alto Douro tem uma ligação natural a Espanha, designadamente, às regiões autonómicas da Galiza e de Castela e Leão. Outro tanto se pode dizer do restante Interior do país. Este facto aparece-nos com singular importância para a captação do mercado ibérico.

Para a concretização deste grande choque económico será necessário destacar as quatro vertentes que consideramos vitais em termos de mobilidade: eixo rodoviário, eixo ferroviário, o eixo fluvial e, por fim, o eixo aéreo.

- **Eixo Rodoviário:** nos últimos anos, e graças ao investimento do governo socialista, a região Douro sofreu diversões revoluções, estando a região ligada a várias redes rodoviárias nacionais e internacionais. Destas, merecem destaque a A24 e a A4. Apesar dos grandes avanços, a colocação de taxas de portagem entre eixos de mobilidade importantes (Vila Real – Peso da Régua – Lamego / Amarante – Vila Real) penaliza gravemente as empresas já existentes, sendo um claro entrave à criação de novos negócios. Relembremos que, segundo o Eurostat, os distritos do interior Norte apresentam uma das taxas mais baixas do PIB *per capita* da Europa Ocidental. Apesar desta realidade, a região foi contemplada com as taxas de portagem mais altas do país. Consideramos que ser necessário estudar medidas que permitam isentar os residentes e as empresas locais do pagamento destas taxas astronómicas que afetam directamente o desenvolvimento da região. Para além disso, a conclusão das obras do Túnel do Marão (interrompidas durante o governo PPD/PSD – CDS/PP) é fundamental para elevar os níveis de atração de todo o território, sendo de igual modo, necessária uma verdadeira requalificação e valorização de toda a N222 (Peso da Régua - Pinhão), através do lançamento de obras de melhoria do troço, reforço da segurança e adaptação temática da sinalética à identidade da região. Por fim, defendemos o lançamento da construção do IC26 (Amarante - Mesão Frio – Régua – Lamego- Tarouca- Trancoso) dando especial ênfase ao troço estratégico de Amarante- Mesão Frio-Régua que permitirá aliviar o

trânsito de pesados de mercadorias da sinuosa N-101, reduzindo o tempo de viagem para metade.

- **Eixo Ferroviário:** assistiu-se, nos últimos anos, a um significativo desinvestimento na ferrovia da região. Em pouco mais de seis anos, encerraram as linhas do Corgo e do Tua, originando um verdadeiro constrangimento para as populações e um claro desaproveitamento das linhas no que é relativo à aposta em actividades de turismo ligadas ao “Touring Cultural e Paisagístico”. A linha do Douro é hoje a única via ferroviária ativa da região, permitindo ligar a cidade do Porto ao Pocinho. O investimento na modernização da linha é crucial para aumentar a competitividade e atração da região. Para além de ser um transporte verde, a ferrovia, e a linha do Douro, em particular, tem um verdadeiro potencial turístico que urge aproveitar de uma melhor forma, modernizando tanto o equipamento que nela circula, como as infra-estruturas de apoio. Neste sentido, defendemos a electrificação da linha, bem como a sua duplicação; a modernização das estações mais importantes do percurso (instalando quiosques de informação; reabilitando os edifícios e colocando rede Wifi) e a substituição e modernização das composições que circulam na linha. Em algumas estações estratégicas cujos edifícios estão fechados/abandonados, sugerimos a aposta na criação de Pousadas de baixo custo que possam dar resposta à procura cada vez mais elevada por ofertas deste género. Para além disso, e seguindo a lógica do mercado ibérico, pensamos que a aposta na revitalização e reabilitação da ligação entre Pocinho/Salamanca é fundamental para atrair mais visitantes do mercado espanhol, assim como para reforçar os laços comerciais através do transporte de mercadorias, aproveitando esta nova ligação ferroviária Salamanca-Porto.
- **Eixo Fluvial:** a abertura do canal navegável do Douro foi uma revolução que permitiu que a região se abrisse para o mundo. Neste último ano, mais de 450 000 passageiros passaram pelo Douro utilizando a via navegável. Apesar do número crescente de empresas estrangeiras a operar no rio Douro, o valor acrescentado deixado à região é ainda diminuto, estando este concentrado em poucos pontos de enoturismo. Apesar dos recordes de visitantes, não existe uma verdadeira economia local apoiada no turismo. Defendemos, por isso, uma maior concertação de estratégias entre entidades de modo a que sejam criados, ao longo do ano, vários conteúdos de valorização estratégica dos recursos

endógenos que possam ser verdadeiros motores e alavancas para a economia local.

- **Eixo Aéreo:** não é despendendo para o desenvolvimento do turismo na região o transporte aéreo, defendendo a retoma da ligação Bragança-Vila Real-Lisboa.

Conclusão

O acelerado envelhecimento demográfico e a economia deprimida das regiões do interior não são uma fatalidade sem solução. Acreditamos que a aposta no reposicionamento do país poderá fazer destas regiões um novo centro estratégico do relacionamento entre Portugal e Espanha. Nesta lógica, as autoridades públicas têm de assumir, de uma vez por todas, o papel de motivador e facilitador da mudança de paradigma no que ao desenvolvimento do país diz respeito.

A aposta nos factores diferenciadores de cada região poderá ser uma solução de revitalização destes territórios. Para tal, é claramente necessária a aposta na concepção de estratégias que tenham na sua base, o envolvimento das camadas mais jovens e mais qualificadas. Defendemos, por isso, a adoção de um “plano choque” assente em três pilares: económico, social e acessibilidades. A adoção de uma estratégia concertada que permita criar uma verdadeira economia do turismo do Douro, poderá ser o primeiro exemplo de sucesso na luta contra a desertificação e abandono das zonas do interior. Para que tal possa ser possível, todo o país tem de estar mobilizado.

As zonas do interior podem ter um futuro de esperança se souberem agarrar o seu próprio destino, defendendo o que de tem de melhor: os seus recursos naturais e o seu potencial humano. Neste novo futuro, os jovens devem de ser a base central de toda e qualquer estratégia.

Assim, propomos que:

- O Congresso Nacional e, consequentemente, o Secretariado Nacional da Juventude Socialista, integrem o tema da “Economia do turismo no Douro” como a alavanca-base para a promoção de oportunidades para a juventude e fortalecimento da coesão territorial, apoiando-se na defesa de causas como as descritas nesta moção, como tema prioritário da sua agenda política.

Só assim poderemos construir um país competitivo, coeso e ousado.

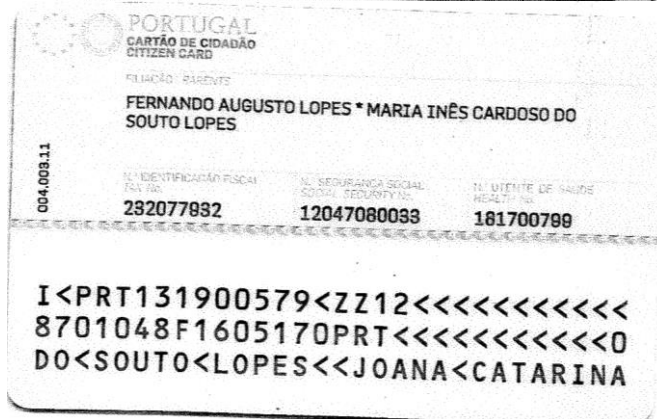
PRIMEIRA SUBSCRITORA:

Joana Catarina do Souto Lopes - Concelhia de Peso da Régua – 109536 (Fed. De Vila Real)

Joana Catarina do Souto Lopes

Nome	Concelhia	Militante	Federação
André Ribeiro Costa	Peso da Régua	91315	Vila Real
<i>André Ribeiro da Costa</i>			
João Pedro Gonçalves Silva de Gouveia Mota	Peso da Régua	110981	Vila Real
<i>João Pedro Gonçalves Silva de Gouveia Mota</i>			
José Afonso de Mastro Castro Gonçalves	Sta. Marta de Penaguião	71135	Vila Real
<i>J. Afonso Gouveia</i>			
Pedro Miguel Guedes M. Espírito Santo	Alijó	91357	Vila Real
<i>Pedro Miguel Guedes M. Espírito Santo</i>			
André Celestino Lima Rodrigues	Alijó	122065	Vila Real
<i>André Celestino Lima Rodrigues</i>			
Maria João Loureiro Ribeiro	Mondim de Basto	109321	Vila Real
<i>Maria João Loureiro Ribeiro</i>			
Luís Carlos Cabral Correia	Peso da Régua	121664	Vila Real
<i>Luís Carlos Cabral Correia</i>			
Mariana Filipa Souto Lopes	Peso da Régua	119801	Vila Real
<i>Mariana Filipa do Souto Lopes</i>			

Nome	Concelhia	Militante	Federação
Pedro Gustavo Osório Rodrigues da Silva	Peso da Régua	121179	Vila Real
<i>Pedro Gustavo Osório Rodrigues da Silva</i>			
Tânia Filipa Madruga Morais	Peso da Régua	121176	Vila Real
<i>Tânia Morais</i>			
Tiago Filipe Gonçalves Silva Gouveia Mota	Peso da Régua	121659	Vila Real
<i>Tiago Filipe Gouveia Mota</i>			
Daniela Filipa Vilela da Fonte	Peso da Régua	121655	Vila Real
<i>Daniela Filipa Vilela da Fonte</i>			
Diana Vanessa Costa Nogueira	Peso da Régua	121668	Vila Real
<i>Diana Vanessa Costa Nogueira</i>			
Carina Alexandra do Castelo	Peso da Régua	122367	Vila Real
<i>Carina Alexandra do Castelo</i>			
Fábio Ricardo Silva António	Peso da Régua	119797	Vila Real
<i>Fábio Ricardo Silva António</i>			
Bernardo José Monteiro Cardoso	Peso da Régua	118884	Vila Real
<i>Bernardo José Monteiro Cardoso</i>			
Célio Filipe Carvalho Barros	Peso da Régua	121180	Vila Real
<i>Célio Filipe Carvalho Barros</i>			
Sofia Isabel Lucas Guerra	Peso da Régua	121656	Vila Real
<i>Sofia Isabel Lucas Guerra</i>			
Sara Patrícia Gouveia Figueiredo	Peso da Régua	121651	Vila Real
<i>Sara Patrícia Gouveia Figueiredo</i>			
Inês Morais Taveira	Peso da Régua	121182	Vila Real
<i>Inês Morais Taveira</i>			



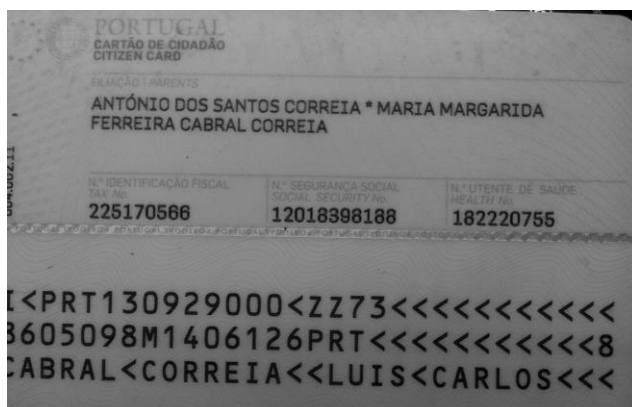




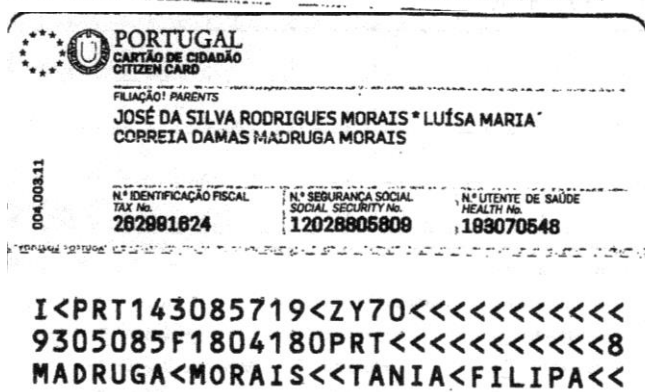
I<PRT130172715<ZZ41<<<<<<<<<
8609063M1702172PRT<<<<<<<<<4
GUEDES<MADUREIRA<ESPIRITO<S<<P

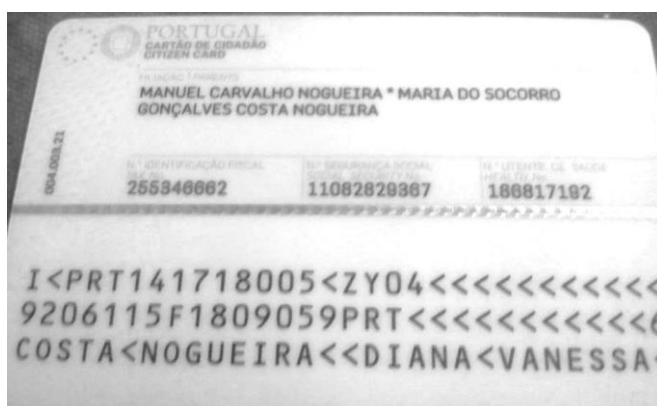
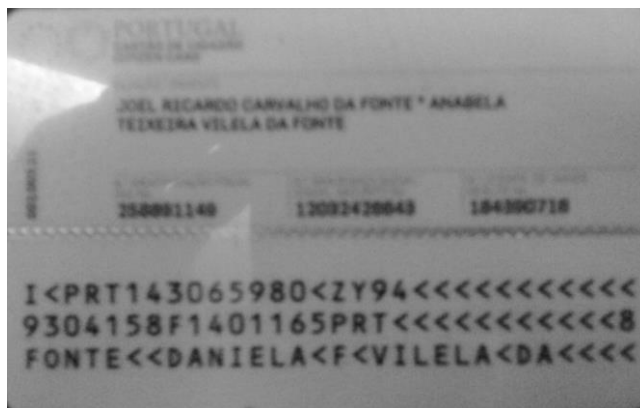


I<PRT131034111<ZZ25<<<<<<<<<<
8602086M1804032PRT<<<<<<<<<<2
LIMA<RODRIGUES<<ANDRE<CELESTIN













CARTÃO DE CIDADÃO
CITIZEN CARD

PORTUGAL
REPÚBLICA PORTUGUESA | PORTUGUESE REPUBLIC

APRESENTAÇÃO DO TITULAR

MONTEIRO CARDOSO

NOME (S) / OMEN / NAME

BERNARDO JOSÉ

SEXO / ALTURA / NACIONALIDADE / DATA DE NASCIMENTO

M 1,72 PRT 08 08 1993

N.º DO DOCUMENTO / DOCUMENT ID / DATA DE VALIDADE / EXPIRY DATE

14259162 9 ZY7 18 02 2015

ASSINATURA DO TITULAR / HOLDER'S SIGNATURE

Bernardo José Monteiro Cardoso




 PORTUGAL
CARTÃO DE CIDADÃO
CITIZEN CARD

FILIAÇÃO PARENTS

JOSÉ MANUEL PINTO CARDOSO * TERESA MARIA
MONTEIRO CARDOSO

Nº IDENTIFICAÇÃO FISCAL
TAX NO
259228662

Nº SEGURANÇA SOCIAL
SOCIAL SECURITY NO.
12018492022

Nº TITENTE DE SAÚDE
HEALTH NO.
181818226

I<PRT142591629<ZY79<<<<<<<<<<<
9308086M1502198PRT<<<<<<<<<<<4
MONTEIRO<CARDOSO<<BERNARDO<JOS

CARTÃO DE IDENTIFICACÃO
 CIVILIAN CARD

CARVALHO BARROS

CÉLIO FILIPE

M 1,80 PRT 27 10 1981

14184328 4 ZZ7 07 10 2016

Celso Filipe Carvalho Barros

CARTÃO DE CHADÃO
CITIZEN CARD

FERNANDO ANTÔNIO PEREIRA TEIXEIRA BARROS * MARIA
DO ROSÁRIO PINTO CARVALHO BARROS

004 008.11

210892153 12044914650 185827078

I<PRT141843284<ZZ72<<<<<<<<<<<
9110270M1610073PRT<<<<<<<<<<<4
CARVALHO<BARROS<<CELIO<FILIPE<

